



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23411.016339/2020-43

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições de materiais relativos a Aquisição SISTEMA CAD CAM E SCANNER INTRA ORAL, necessários a atender as demanda do Instituto Federal do Paraná - Campus Londrina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O critério de julgamento será o **“Menor Preço por item”**, conforme tabela I que segue.

1.3 Não serão aceitas propostas com valores acima do valor estimado para cada item

1.4 Finda a disputa de lances, a aceitação será por item, o que também ocorrerá nas demais fases de habilitação, adjudicação e homologação.

1.5 Não se aplica o benefício do artigo 6º do Decreto 8.538/2015, por se tratar de licitação com valor global superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) acobertados pelo Decreto como exclusivos às ME/EPP, mantidos os demais benefícios da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.

1.6 O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123/2006 e do artigo 1º da Lei Complementar 147/2014, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

TABELA I – ITENS E QUANTIDADE

ITEM	CADASTRO CATMAT COMPRASNET	CADASTRO SIPAC	DENOMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	424159	5235000485580	SISTEMA CAD CAM E SCANNER INTRA ORAL	Unidade	1	R\$ 653.140,09	R\$ 653.140,09

DESCRIÇÃO DETALHADA:

ITEM 01: Especificação: SISTEMA CAD CAM E SCANNER INTRA ORAL: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SISTEMA DE FRESAGEM COMPLETO, INCLUINDO: FRESADORA, SUPORTE DA FRESADORA, TANQUE, ASPIRADOR, ACESSÓRIO PARA FRESAGEM DE VITROCERAMICAS, SCANNER DE BANCADA, FORNO DE SINTERIZAÇÃO DE ZIRCÔNIA E SOFTWARES CAD E CAM, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS NECESSÁRIAS: SCANNER DE BANCADA COM PROCESSO AUTOMÁTICO, COM SENSORES 3D DE ALTA RESOLUÇÃO, REDUZINDO O TEMPO DE SCANEAMENTO, INTERFACE ABERTA PARA ARQUIVOS EM STL. FRESADORA COM TECNOLOGIA DE 5 EIXOS; PROCESSAMENTO ÚMIDO E SECO; PROCESSAMENTO DE BLOCOS; PROCESSAMENTO DE DISCOS; FRESAMENTO DE DISSILICATO DE LÍTIO, ÓXIDO DE ALUMÍNIO, CERÂMICAS DE VIDRO, CERÂMICAS HÍBRIDAS, ZIRCÔNIA, COMPÓSITOS DENTÁRIOS, RESINAS ACRÍLICAS A BASE DE POLIMETILMETACRILATO (PMMA) E CERA DENTÁRIA. SISTEMA ABERTO PARA ARQUIVOS EM STL; SOFTWARES: SOFTWARES CAD INCLUSO (INCLUINDO TAMBÉM: MÓDULO IMPLANTE + MÓDULO MODELO + MÓDULO PROVISÓRIOS + MÓDULO ARTICULADOR ARTIFICIAL + MÓDULO PLACA MIO-RELAXANTE + PRÓTESE TOTAL). SOFTWARE CAM INCLUSO; GARANTIA MÍNIMA 12 (DOZE)

MESES; EIXOS: 5; TIPO DE TRABALHO: SECO/IRRIGAÇÃO; FORNO DE ZIRCONIA: FORNO PARA ALTAS TEMPERATURAS, AS ESTRUTURAS DE ÓXIDO DE ZIRCÔNIO ATINGEM A SUA DENSIDADE FINAL E AS EXCELENTES PROPRIEDADES DE MATERIAL RESULTANTES. OS OBJETOS PARA A SINTERIZAÇÃO SÃO COLOCADOS SOBRE BOLAS SINTERIZADAS GARANTINDO UM PROCESSO DE SINTERIZAÇÃO DE BAIXO ATRITO E, PORTANTO, ESTRUTURAS SEM DEFORMAÇÕES. CONTROLE DE TEMPERATURA CONSTANTE E UMA DISTRIBUIÇÃO HOMOGÊNEA DA TEMPERATURA NA CÂMARA DE COMBUSTÃO. CONTROLE E A SEGURANÇA DE QUE AS ESTRUTURAS ATINGEM A SUA DENSIDADE FINAL E, PORTANTO, A SUA RESISTÊNCIA. DISPÕE DE 250 CANAIS DE SINTERIZAÇÃO, SENDO 3 JÁ PRÉ-PROGRAMADOS COM PROGRAMAS DE SINTERIZAÇÃO AG VALIDADOS. CONEXÕES ELÉTRICAS: V/HZ 220- 240/50-60 POTÊNCIA: 3.5 KW FUSÍVEL (AÇÃO RÁPIDA): 12,5 A-CLASSE DE PROTEÇÃO IP20 PROTEÇÃO TÉRMICA DE ACORDO COM DIN EN 60519-2: CLASSE 0; SCANNER INTRA ORAL: UNIDADE DE CAPTURA DE IMAGEM; FORMATO PEN (CANETA) OU HANDLE (PISTOLA); PORTÁTIL; SISTEMA ABERTO PARA EXPORTAR ARQUIVOS EM STL OU DCM; FOTOS E VÍDEO EM HD; ESCANEAMENTO EM CORES REAIS; MEDIÇÃO DE TONALIDADE; BIBLIOTECA DE IMPLANTES INCLUSA; CONEXÃO COM PROVEDORES DE ALINHADORES ORTODONTICO; SOFTWARES INCLUSOS: SOFTWARE ESPECÍFICO PARA SCANEAMENTO; SOFTWARE DE SIMULAÇÃO DE TRATAMENTO ORTODONTICO E PROTÉTICO; SOFTWARE DE MONITORAMENTO DO PACIENTE; SOFTWARE DE SIMULAÇÃO DE MOVIMENTOS DA OCLUSÃO DO PACIENTE. ENTREGA E INSTALAÇÃO: ENTREGA E INSTALAÇÃO SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA QUE DEVERÁ ENVIAR UM TÉCNICO PARA INSTALAÇÃO DE TODOS EQUIPAMENTOS. TREINAMENTO: DOIS TREINAMENTOS PRESENCIAIS BÁSICO E AVANÇADO, QUE DEVERÃO SER OFERECIDOS PELA EMPRESA. GARANTIA MÍNIMA DE 1(UM) ANO. Referência: Ceramil. (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2 – Plenário)

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Instaura-se procedimento licitatório visto a necessidade de atendimento do planejamento anual de compras e licitações do exercício de 2020, do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Sendo assim, serão adquiridos materiais, para atender as atividades de Ensino do Campus Londrina.

2.2 A presente licitação se justifica pela necessidade de aquisição de materiais necessários para cada unidade do IFPR, visando manter o pleno funcionamento das atividades acadêmicas. Os materiais e equipamentos aqui solicitados serão utilizados nas disciplinas dos cursos, dando suporte ainda para outras atividades do IFPR como eventos, projetos ou ainda demais disciplinas que possam fazer uso destes. Os itens demandados são instrumentos fundamentais para que se possam contemplar os objetivos das disciplinas da área de saúde, além de propiciar a vivência concreta de cada uma das atividades pedagógicas proposta pelo plano de ensino. Ressalta-se ainda a necessidade constante de repor os materiais que devido ao desgaste perderam sua condição de uso, como também adquirir outros novos, que por sua falta prejudicam o desenvolver das atividades didáticas.

2.3 Os materiais solicitados, são necessários à prática pedagógicas e permitem aos estudantes vislumbrar a prática, ancorada no ensino teórico apresentado, em componentes curriculares das diferentes técnicas de ensino prático pedagógico. Justifica-se, portanto, a aquisição de equipamentos que permitam a montagem dos laboratórios e salas de aula. Os materiais viabilizarão o desenvolvimento de atividades junto ao corpo discente, docente e até mesmo junto à comunidade acadêmica e, de outras propostas que vão ao encontro da criação de ambiente informal favorável ao desenvolvimento intelectual dos alunos.

2.4 A opção pelo Sistema de Registro de Preços se enquadra no Art. 3º e seus incisos, bem como no Art. 9º, II, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, justifica-se pela imprevisibilidade de se estimar com exatidão o quantitativo de itens a serem utilizados e também pela necessidade em promover a redução de estoques, não precisando providenciar grandes áreas para armazenagem de materiais e entregas parceladas.

2.5 As fundamentações individuais de compra requisitadas por *campi*/órgão participante estão anexas ao presente processo licitatório.

2.6 Julga-se pertinente a contratação pleiteada neste certame por meio do Sistema de Registro de Preços, pois permitirá que a Reitoria e os *campi* do IFPR adquiram os materiais e equipamentos de forma conjunta e de acordo com demanda, buscando-se, inclusive:

2.6.1 Melhoria da qualidade técnica dos documentos preliminares ao certame, tais como: especificações técnicas, alinhamento estratégico com o planejamento dos órgãos e condições jurídicas para a contratação;

2.6.2 Redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos licitatórios sendo que a execução conjunta culmina em um único certame;

2.6.3 Ganho de economia de escala, pois, ao prospectar maior volume licitado com a unificação dos pedidos, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria quando do fracionamento de certames;

2.6.4 Suprir as dificuldades decorrentes da falta previsibilidade do consumo (por não haver condições de identificar exatamente a demanda).

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Os objetos a serem contratados são considerados bens comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de recebimento da Nota de Empenho e deverão ser entregues nas localidades indicadas na “Tabela III” abaixo, conforme as quantidades solicitadas por cada unidade no momento da aquisição.

UNIDADES	LOCALIZAÇÃO
Campus Londrina	Rua João XXIII, 600 - Jardim Dom Bosco, Praça Horace Well. CEP: 86060-370 - Londrina/PR

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da entrega.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7. Todos os ITENS descritos neste termo deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento.

4.8. Deverão ser fornecidos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.

4.9. Quando não houver definição de cor nas especificações dos materiais/equipamentos, esta deverá ser escolhida pelo IFPR dentre as disponíveis na cartela/mostruário da empresa vencedora, no momento da aquisição.

4.10. O cumprimento do objeto do presente Termo de Referência compreende o fornecimento e a entrega do objeto licitado, nos Locais específicos indicados pelo IFPR, de acordo com os endereços indicados no Edital.

4.11. Os materiais/equipamentos serão entregues em dias úteis, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 17:00, e deverão ser descarregados e colocados em local indicado por servidor responsável nos respectivos campus do IFPR, conforme tabela de itens.

4.12. A retirada dos materiais/equipamentos dos veículos transportadores e a remoção destes até os locais onde deverão ser instalados ficarão por conta do fornecedor.

4.13. Os itens/produtos deverão ser entregues acondicionados. A embalagem deverá possuir identificação externa contendo no mínimo a Descrição do bem, salvo exceções aceitas pelo requisitante.

4.14. Não poderá a licitante vencedora recusar-se a entregar os materiais solicitados na nota de empenho/Autorização de Fornecimento, mesmo que em pequena quantidade.

4.15. Todos os bens deverão ser seguramente embalados com material reciclável (Lei nº 12.305/2010, art. 32).

4.15.1. As embalagens devem ser fabricadas com material que propiciem a reutilização ou reciclagem.

4.15.2. Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

a) Restritivas em volume e peso, as dimensões requeridas à proteção do conteúdo;

b) Projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências ao produto que contém;

c) Recicladas, se a reutilização não for possível.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda,

circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------------	--

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
12.1.1. Fica dispensada a exigência de garantia contratual por não haver parcelamento da entrega ou obrigações futuras.

13. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual complementar à garantia legal dos bens fornecidos na presente contratação.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. Cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

14.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos

específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 653.140,09 (Seiscentos e Cinquenta e Três Mil, Cento e Quarenta Reais e Nove Centavos).

Identificação e assinatura do ordenador de despesas ou outra autoridade competente.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Rogério de Sant'Anna Ilma
Chefe de Seção e Compras e Contratos
IFPR Campus Londrina

Sérgio Assis de Almeida
Diretor de Planejamento e Administração
IFPR Campus Londrina

APROVAÇÃO

Aprovo o presente Termo de Referência tendo em vista que foram atendidos os elementos técnicos para contratação do Objeto, baseado nas Justificativas e necessidades apresentadas pelas Unidades requisitantes, por meio das Requisições de Compras, e que foi utilizado o modelo de Termo de Referência disponibilizado pela AGU/CGU.

Marcelo Lupion Poleti

Ordenador de Despesas

IFPR Campus Londrina



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ASSIS DE ALMEIDA, DIRETOR(a)**, em 16/12/2020, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LUPION POLETI, Ordenador de Despesa**, em 16/12/2020, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1025234** e o código CRC **3584FD5C**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras

Atualização: Maio/2020

Referência: Processo nº 23411.016339/2020-43

SEI nº 1025234

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
LONDRINA/SECON/LONDRINA/CA/LONDRINA/DIPLAD/LONDRINA/DG/IFPR/LONDRINA-
SECON/LONDRINA

